



mdc – revista de arquitetura e urbanismo é propriedade dos [editores de mdc](#).
É licenciado como [Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Unported License](#).



mdc – revista de arquitetura e urbanismo is property of publishers mdc.
It is licensed as [Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Unported License](#).

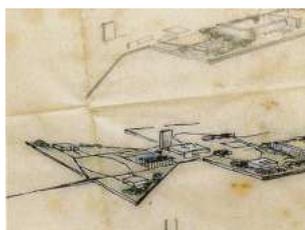
REFERÊNCIA

SCHLEE, Andrey R. A praça do maquis. **MDC: Mínimo Denominador Comum**, Belo Horizonte/Brasília, n.1, 02 fev. 2009. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2009/02/04/a-praca-do-maquis/#more-1848>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

mdc . revista de arquitetura e urbanismo

A praça do *maquis*

with one comment



[1]

1. O *maquisard*

Maquis. Assim Lucio Costa se definiu: um simples *maquis* do urbanismo [2]. *Maquis*: palavra, como ele, de origem francesa, não incorporada à língua portuguesa. *Maquisard*, [3] vocábulo empregado para definir aquele que durante a II Guerra Mundial, clandestinamente, participou do *maquis*, ou seja, participou da luta contra a ocupação alemã na França.

Guerrilheiro. A expressão *maquisard* vem de *maquis*, matagal – vegetação arbustiva densa onde se refugiavam os fugitivos da justiça na Córsega. Por extensão, também foram chamados de *maquis* os grupos de resistência a diferentes regimes totalitários, como o do franquismo na Espanha.



Modesto. Escrevendo na 1ª. pessoa do singular, Lucio Costa abriu seu famoso Relatório do Plano Piloto de Brasília desculpando-se pela apresentação sumária do partido desenvolvido para a nova capital. Elaborou uma solução possível e, como um *maquis*, venceu o concurso. Um *maquisard* do urbanismo que não pretendia desenvolver a idéia apenas sugerida, “senão na qualidade de mero consultor” [4].

Resistente. Assim Lucio Costa, em documento de 10 de março de 1957 [5], mostrou-se à comissão julgadora do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Exatos três anos antes [6] havia perdido tragicamente sua esposa e, desde então, vivia numa espécie de doloroso e solitário refúgio. No período, projetara apenas o Banco Aliança e a Sede do Jockey Club do Brasil. Em 1956, juntamente com Christian Dior, fora homenageado em Nova York. Na viagem de retorno, doze dias embarcado em um navio, produziu os primeiros esboços de Brasília. Percebendo-se isolado – e sozinho [7] – inventou a Capital, como um gesto individual de resistência.

Como um *maquisard* do urbanismo, Lucio Costa imaginou uma Capital distinta de todas as demais cidades. Até então, sua experiência profissional, prioritariamente, concentrara-se na produção de edifícios isolados. No entanto, para ele, toda boa arquitetura é capaz de qualificar espaços urbanos. E

boa arquitetura tem caráter apropriado e composição correta. Sua trajetória profissional atesta tal afirmação e o Ministério da Educação e Saúde Pública é o paradigma. Até Brasília, Lucio Costa apenas enfrentara dois projetos de conotação tipicamente urbana: o realizado para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais (1934) e o da Cidade Universitária, Rio de Janeiro (1936-37), ambos não executados. A leitura atenta dos respectivos memoriais[8] permite compreender o pensamento urbanístico de Lucio Costa: sempre fazer valer o critério da caracterização programática e da qualidade do espaço projetado e, numa determinada circunstância político-social e num contexto histórico preciso, tentar resolver a “contradição fundamental”[9] dos desejos individuais frente aos coletivos. Posição habilmente posta em prática quando da elaboração do plano de urbanização para o Parque Guinle (1948-54), cuja solução prenuncia a adotada nas superquadras de Brasília.

Ainda antes de inventar a Capital, Lucio Costa entrara em contato com aquilo que Sylvia Ficher[10] chamou de paradigmas de Brasília. Ou seja, boa parte do conhecimento urbanístico acumulado e vigente no segundo pós-guerra. Tal contato ocorreu de forma direta, por meio da convivência com urbanistas de renome – Le Corbusier, por exemplo – ou das inúmeras viagens nacionais e internacionais realizadas pelo próprio Lucio Costa. E também de forma indireta, através da leitura da bibliografia circulante. Neste sentido, parece fundamental um levantamento das matérias publicadas, principalmente, na Revista da Diretoria de Engenharia do Distrito Federal (Rio de Janeiro), então dirigida pela urbanista Carmem Portinho e que divulgou, entre outros textos, o clássico “Razões da nova arquitetura”[11] e o memorial descritivo de Monlevade[12]. A Revista dedicou matérias aos problemas do urbanismo no Brasil e em vários países[13]; discutiu a remodelação e expansão das cidades; defendeu a elaboração de planos diretores; apresentou proposta de numeração geográfica de logradouros e prédios[14]; divulgou estudos de tráfego nas metrópoles[15]; de desenho de auto-estradas[16] e debateu o rodoviarismo[17], entre outros temas.

Tudo isso, nos permite afirmar que, se Lucio Costa apresentou-se como um *maquisard* do urbanismo, certamente não era um “franco atirador”[18].

2. As praças do *maquisard*

Dentro da perspectiva de que a boa arquitetura é capaz de qualificar o urbano, vale perceber como Lucio Costa trabalhou com os espaços públicos, sejam eles parques, praças ou jardins; e reconhecer quais as estratégias de projeto de que lançou mão[19].

O projeto da Vila de Monlevade (1934) é fruto de um concurso público. Do estudo do Edital e do programa de necessidades fornecido, nasceu a concepção da proposta. Uma pequena vila operária, a ser caracterizada pela simplicidade de sua arquitetura e pelos edifícios públicos que tradicionalmente se tornam referência da comunidade. Na introdução do memorial então elaborado, Lucio Costa[20] utilizou Frederick Law Olmstead – paisagista americano responsável pelo Central Park – para destacar a idéia de que a beleza de uma obra deve ser considerada e buscada simultaneamente à solução das questões funcionais e técnicas. Em Monlevade, o arquiteto elegeu quatro edificações de caráter eminentemente público e as distribuiu ao redor de uma praça regular, cujo centro é um espelho d’água circular. Pracinha do interior recriada, com igreja no alto, cinema, clube e armazém comercial. Assim temos, e os croquis elaborados por Lucio Costa mostram muito bem, a natureza domesticada (o jardim) em contraste com a natureza selvagem (a mata circundante). Ainda no memorial citado, Lucio Costa afirmou que “constitui um dos preceitos da urbanização moderna o contraste entre a nitidez, a simetria, a disciplina da arquitetura e a imprecisão, a assimetria, o imprevisto da vegetação”[21].

Já o Ministério da Educação e Saúde Pública (1936) é arquitetura de exceção que gera o espaço urbano. De um lado, a obra representa um oásis artificial, construído no denso tecido central da cidade do Rio de Janeiro, particularmente na malha resultante do plano do urbanista francês Alfredo Agache. De outro, o partido adotado envolve a natureza, agora domesticada por Burle Marx. Por fim, a edificação assimila a natureza – brinca com ela – e a praça se faz de sombras e clareiras, de pilotis e fustes de palmeiras (utilizadas pela primeira vez em obras de Lucio Costa). Segundo a visão poética de Carlos Eduardo Dias Comas: “se pode tomar o pórtico [do MESP] por bosque petrificado e os canteiros térreos por pavilhões vegetalizados...”[22].

No projeto não construído da Cidade Universitária (1936-37) temos uma dualidade de estratégias: a arquitetura x natureza e a arquitetura envolvendo a natureza. A gleba dispunha de 200 hectares, mas não estava vazia. Além de estruturas viárias importantes, continha a Quinta da Boa Vista, com o palácio e os jardins do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou (1860-78). Lucio Costa organiza o conjunto (natural e artificial), delimita os espaços (cheios e vazios), hierarquiza o programa (singular e plural) e cria a sua “praça maior”. Praça quadrada, porticada, balizada por três edificações (aula magna, biblioteca-reitoria e planetário). Porta da Universidade, conectada à Alameda Central, com a seqüência de edifícios escolares - “prenúncio do Eixo Monumental de Brasília”[23].

O Museu das Missões (1937) nasceu como solução possível para o problema da proteção dos remanescentes das antigas reduções jesuíticas do sul do Brasil. Foi *in-loco* que Lucio Costa deparou-se com os restos da antiga Missão de São Miguel e com o que sobrara de sua praça – geométrica, plana e desimpedida de elementos acessórios. Praça resgatada a partir da implantação do conjunto museu e casa do zelador proposto por Lucio Costa e Paulo Thedim Barreto. A arquitetura servindo de ponto de referencia para a leitura e entendimento do espaço público. Desta vez, temos o contraste entre o vazio-gerador natural e sagrado para os índios (a praça) e o cheio-focal artificial e sagrado para os padres (o templo).

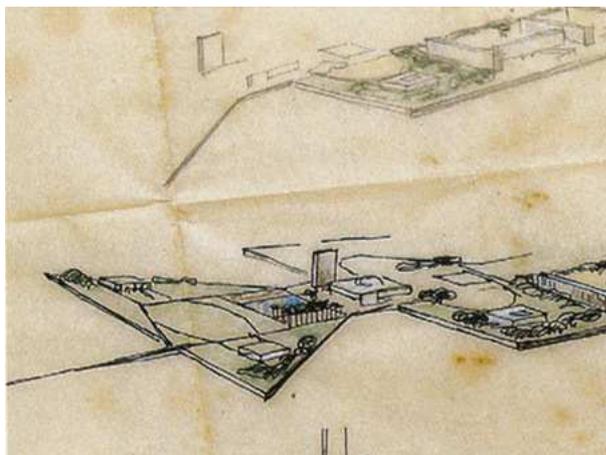
O Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York (1938) foi desenvolvido juntamente com Oscar Niemeyer. E o partido em “L” adotado se fez “U” frente à pré-existência da empena cega do vizinho francês. E assim, mais uma vez, a arquitetura envolveu a natureza. E, no centro do “U”, o paisagista americano Thomas Price criou um jardim exoticamente brasileiro, diretamente relacionado com os interiores envidraçados da composição e voltado para o curso d’água local.

No Park Hotel São Clemente (1944-45), em Nova Friburgo, a pré-existência era vegetal: novamente um jardim assinado por Auguste Glaziou (séc. XIX). Um parque pitoresco localizado no meio de um empreendimento imobiliário da família Guinle. A idéia era criar uma pequena pousada de apoio ao condomínio nascente. Lucio Costa desenhou uma edificação horizontal e avarandada, implantada no alto de uma encosta, de maneira a garantir uma melhor contemplação do conjunto paisagístico.

Já no Parque Guinle (1948-54), nas Laranjeiras, Rio de Janeiro, o problema enfrentado em Nova Friburgo ganhou conotações tipicamente urbanas. A venda da residência de Eduardo Guinle – desenhada por Armando da Silva Telles e Joseph Gire (1909-14) e implantada em meio a um jardim do paisagista francês Cochet (1919) – motivou o projeto de um condomínio de luxo. Lucio Costa previu um conjunto de seis edifícios multifamiliares, dos quais apenas três foram executados: Nova Cintra, Bristol e Caledônia. Enquanto o primeiro completa o desenho da cidade tradicional, os demais se distribuem “em crescente” ao redor do parque. Assim, temos um jardim romântico, preservado e revalorizado pela criativa disposição dos blocos residenciais projetados. Proposta belamente registrada no croqui elaborado por Lucio e que acompanha o texto explicativo publicado em *Registro de uma Vivencia*[24].

Oscar Niemeyer registrou que só começou a pensar em Brasília em setembro de 1956, quando foi procurado por Juscelino Kubitschek[25]. O Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil foi lançado em 19 de setembro do mesmo ano. Em 2 de outubro, Kubitschek e Niemeyer realizaram a primeira viagem ao sítio da nova Capital. Entre as providências tomadas na ocasião, foi dado início à elaboração dos projetos do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace. A comissão julgadora que escolheu o projeto de Brasília foi montada pela Novacap com grande participação de Niemeyer, que inclusive indicou o nome dos jurados estrangeiros[26]. Dos inscritos no concurso, vinte e seis apresentaram propostas ou planos. Destes, parece que apenas quatro responderam satisfatoriamente aos critérios estabelecidos pela comissão julgadora, tendo sido escolhido como vencedor o de número 22, elaborado por Lucio Costa – “o único para uma capital administrativa do país.”[27] O resultado foi oficialmente divulgado em 16 de março de 1957. Uma vez definido o plano urbanístico da nova Capital, Niemeyer e Lucio Costa passaram a trabalhar no Rio de Janeiro. A qualidade dos trabalhos então realizados, ainda hoje é reconhecida por todos. Em agosto de 1958, Oscar Niemeyer mudou-se para Brasília. Neste período heróico[28], que vai de 1958 a 1960, é que foi executada a Praça dos Três Poderes (1958-60) e as principais edificações que a configuram e dignificam: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Museu da Cidade. No dia 21 de abril de 1960, Juscelino Kubitschek inaugurou Brasília. A Praça não estava completamente finalizada. Mesmo assim, Para Oscar Niemeyer: “Brasília surgiu como uma flor do deserto, dentro das áreas e escalas que seu urbanista criou, vestida com as fantasias de minha arquitetura. E o velho cerrado cobriu-se de prédios e de gente, de ruído, tristezas e alegrias...”[29]

4. A Praça



1956 - Estudo para a Praça dos Três Poderes - Lucio Costa

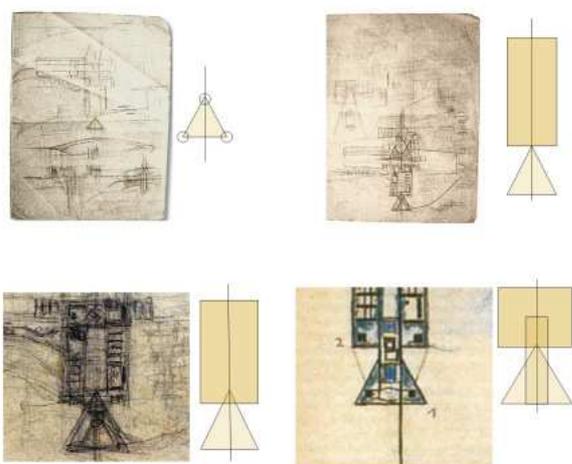
O Relatório escrito pelo *maquis* diz o essencial. Imbuído de certa dignidade e nobreza de intenção, Lucio Costa propôs não apenas uma cidade qualquer, mas uma cidade-capital, possuidora do desejável caráter monumental, obtido a partir de determinada ordenação e de requintado senso de conveniência. A ordenação se estabelece com apoio do desenho estruturador dos dois eixos que se cruzam. A conveniência nasce do jogo correto das escalas propostas para as diferentes zonas programáticas. Mais uma vez, a eterna busca da composição correta e do caráter apropriado. Ao longo de vinte e três itens, Lucio Costa explicou sua invenção. O risco original, a adaptação topográfica, a técnica rodoviária, a disposição do programa, o cruzamento dos eixos, a plataforma rodoviária, a rede geral de tráfego, a integração dos setores, o eixo monumental, o centro de diversões da cidade, a faixa rodoviária residencial, as super-quadras e a cidade parque. Cada elemento de composição “concebido segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória”[30].

O Relatório escrito pelo *maquis* diz o essencial. Imbuído de certa dignidade e nobreza de intenção, Lucio Costa propôs não apenas uma cidade qualquer, mas uma cidade-capital, possuidora do desejável caráter monumental, obtido a partir de determinada ordenação e de requintado senso de conveniência. A ordenação se estabelece com apoio do desenho estruturador dos dois eixos que se cruzam. A conveniência nasce do jogo correto das escalas propostas para as diferentes zonas programáticas. Mais uma vez, a eterna busca da composição correta e do caráter apropriado. Ao longo de vinte e três itens, Lucio Costa explicou sua invenção. O risco original, a

No item 9 do Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa explicou sua concepção para a disposição dos elementos que configurariam o setor correspondente à administração do país:

Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. **Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha** a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista. Ao longo dessa esplanada – o Mall, dos ingleses -, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência – todos com área privativa de estacionamento -, sendo o último o da Educação(...) A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam[31] (grifo nosso).

O item 9 do Relatório escrito pelo *maquis* diz o que interessa. Lucio Costa apresenta uma proposta unitária. Que nasce já pronta e intensamente pensada e resolvida. Íntegra em sua concepção e avessa a futuros desdobramentos (ou modificações...). Cabe destacar que o item, além de descrever o setor, explicita quais são suas fontes projetuais – mais tarde registradas no pequeno texto intitulado “Ingredientes da concepção urbanística de Brasília”[32]: os eixos e as perspectivas de Paris, os grandes gramados ingleses, os terraplenos e os arrimos chineses (a esses três, Lucio Costa somaria as auto-estradas e os viadutos americanos e a pureza de Diamantina).

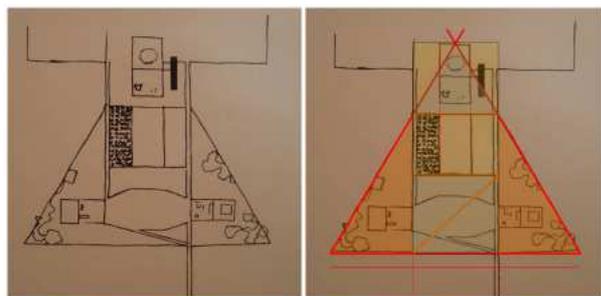


1956 - Estudos para o Plano Piloto de Brasília - Lucio Costa

A configuração espacial da Praça dos Três Poderes já aparece esboçada nos croquis originais de Lucio Costa para o Plano Piloto. José Barki[33], ao analisar tais documentos, chegou a propor uma determinada ordenação cronológica. No provável *primeiro estudo*[34], a Praça foi registrada duas vezes: inicialmente comparece como um simples triângulo equilátero com círculos em seus vértices (os três poderes) que apenas tangencia o retângulo correspondente ao futuro setor ministerial. O restante da cidade também foi representado por meio de figuras geométricas puras (os setores).

Logo o desenho foi invertido, a cidade assumiu o partido cruciforme, um eixo de simetria axial (leste-oeste) foi definido e o vértice superior da Praça engastou no retângulo da Esplanada (agora com os ministérios já perfilados).

Na seqüência de *estudos* e *riscos*, os setores ao longo do eixo monumental aparecem mais desenvolvidos. Mas, tudo indica, foi nas perspectivas “a vôo de pássaro” que, de fato, o projeto ganhou volume. A Praça foi elevada e cortada por uma via (a “rampa da auto-estrada” que leva ao Alvorada) e os diferentes terraplenos definidos (inclusive aparece o muro de arrimo da Praça – o “crib-wall” - e o fórum de palmeiras imperiais que configuram o atual Espaço Le Corbusier. Assim, simultaneamente à solução dos problemas funcionais e técnicos, Lucio Costa desenvolveu, e resolveu, as questões estéticas locais (conforme Olmstead na memória de Monlevade). Nas perspectivas é possível visualizar os diferentes partidos ou gabaritos das edificações a serem projetadas por Oscar Niemeyer, como os ministérios, o congresso e os palácios. “Ali, o urbanismo e a arquitetura efetivamente criaram a paisagem, com a força de uma segunda natureza – é como se a Praça do Três Poderes fosse o ‘Pão de Açúcar’ de Brasília, de tal maneira sua presença se incorporou ao horizonte do Planalto”[35].



1956 - Estudo para a Praça dos Três Poderes - Lucio Costa

Os três desenhos (uma planta e duas perspectivas) que acompanharam e complementaram o item 9 do Relatório do Plano Piloto, são igualmente importantes. Na planta é possível perceber o quanto Lucio Costa trabalhou para definir as proporções corretas do conjunto da Praça. Trata-se de um triângulo equilátero ($T1$) com 625[36] ou 700[37] metros de lado. A base ou o

cateto voltado para o cerrado foi dividido em três partes iguais ($A-B-C$), gerando dois triângulos retângulos nas extremidades (TA e TC) e um grande retângulo (RB) no terço central, cujo lado maior equivale à altura de $T1$ (que, por sua vez, corresponde ao eixo de simetria do conjunto). Em TA , Lucio Costa implantou o Supremo Tribunal Federal e, em TC , o Palácio do Planalto. Por sua vez, o retângulo RB foi dividido em três partes diferentes ($D-E-F$). Na sua porção inferior – ainda junto ao cerrado – o urbanista delimitou um quadrado (QD), com lados iguais a B e o destinou para o espaço público propriamente dito da Praça (espaço que assumiu a forma de um octógono. E na porção superior da composição, uniu os dois vértices de TA e TC , produzindo uma reta horizontal (ac) que gerou novo triângulo equilátero ($T2$) e novo retângulo (RF), no interior dos quais implantou o Congresso Nacional. Entre RF e QD resultou um terceiro retângulo (RE) que, subdividido, recebeu o fórum das palmeiras, o espelho d’água e um estacionamento. Ou seja, a Praça dos Três Poderes não é simples obra de terraplanagem ou simples construção, é antes de tudo arquitetura. E a “construção se torna arquitetura quando seus elementos apresentam ordenação formal com valor estético substantivo, distinto do atrativo superficial da decoração aplicada”[38].

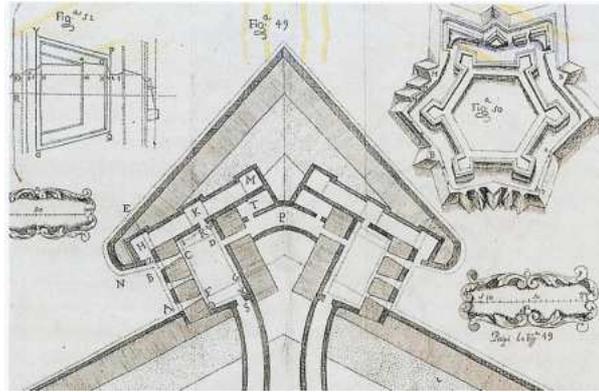
No texto denominado “O urbanista defende sua capital” (1967), Lucio Costa resumiu sua concepção do eixo monumental e quais os elementos que o constituem:

Ele se caracteriza por diferentes níveis escalonados: 1) o terreno agreste – 2) o terrapleno triangular onde assentam os três poderes autônomos da democracia, espaço tratado com a largueza e o apuro de uma ‘Versailles do povo’ – 3) a Esplanada dos Ministérios e o setor cultural – 4) a grande plataforma no cruzamento em três níveis dos eixos da cidade... – 5) o terreiro da torre da TV. Este escalonamento em platôs sucessivos decorre dos movimentos de terra impostos pelo extenso corte em níveis diferentes, e assim reincorpora ao urbanismo contemporâneo uma tradição militar[39] (grifo nosso).

Da leitura, fica clara a intenção do urbanista de incorporar o “terreno agreste” ou a “campina circunvizinha” à grande composição do eixo, e de contrastar o conjunto natural com a artificialidade da Praça proposta (por isso mesmo, geometricamente trabalhada). Aqui, vale lembrar, mais uma vez,

o memorial de Monlevade, quando Lucio Costa afirmou que “constitui um dos preceitos da urbanização moderna o contraste entre a nitidez, a simetria, a disciplina da arquitetura e a imprecisão, a assimetria, o imprevisto da vegetação”[40].

5. A metáfora do *maquis*



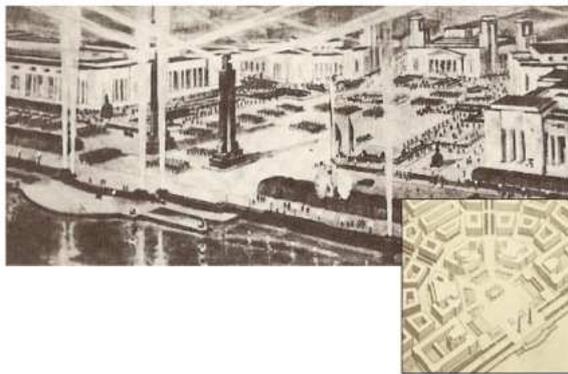
A

1680 – Revelim, segundo o “Método Luzitano de Desenhar Fortificações”, de Serrão Pimentel

estratégia de contrapor o natural ao artificial não constitui novidade na obra do *maquis*, tampouco no projeto moderno brasileiro. Ao longo de sua vida, Lucio Costa produziu uma obra multifacetada que envolve não apenas as questões diretamente relacionadas com a arquitetura e o urbanismo. Uma obra que – em última análise – permite uma profunda reflexão sobre a cultura do país. Contribuição que o coloca no mesmo patamar de outras figuras ilustres de sua geração, a dos chamados intérpretes do Brasil. Logo, parece perfeitamente compreensível que Lucio Costa se valesse de referências e de metáforas para reforçar o caráter de seus projetos. No caso específico, trabalha com expedientes de rememoração de precedentes tipológica e/ou historicamente conhecidos e reconhecíveis. Se o Plano Piloto nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse, sua praça principal invade o cerrado como um revelim de fortificação[41], que defende a terra conquistada – a civilização X a barbárie. Se nossas instituições foram transplantadas de Portugal, cruzando o oceano, a praça da democracia se faz como porto, com cais elevado cinco metros acima do cerrado e mil metros acima do mar. Se Brasília é a nova capital do país, sua praça tem *pedigree*, e segue a mesma linhagem de suas precedentes históricas[42]: a Praça do Comércio de Lisboa, aberta para o rio Tejo; a Praça do Governador de Salvador, aberta para baía de Todos os Santos; e a Praça XV do Rio de Janeiro, aberta para a baía da Guanabara. Mas ao contrario das antigas capitais, Brasília está no centro do país e sua praça está aberta para o sertão! Consciente disso, Lucio Costa construiu a metáfora da relação do poder com o povo:

O normal seria o centro envolvido pela área urbana. Mas na concepção de Brasília, ele foi levado ao extremo da composição urbanística da cidade. De modo que a Praça dos Três Poderes – como eu a chamei, no Plano Piloto, ficou e ficará para sempre essa Praça, onde os Três Poderes da democracia são oferecidos ao povo na extremidade, como que na palma da mão de um braço estendido que é a Esplanada dos Ministérios. É idéia simbólica, algo romântico talvez, mas representa um dos elementos próprios do Plano de Brasília. No meu espírito, quando tive essa intenção de marcar a posição da Praça era, em parte, com o objetivo de acentuar o contraste da parte civilizada, de comando do País, com a natureza agreste do cerrado... **O cerrado representaria o povo, a massa de gente sofrida, que estaria ali junto ao poder da democracia que lhe é oferecido**[43] (grifo nosso).

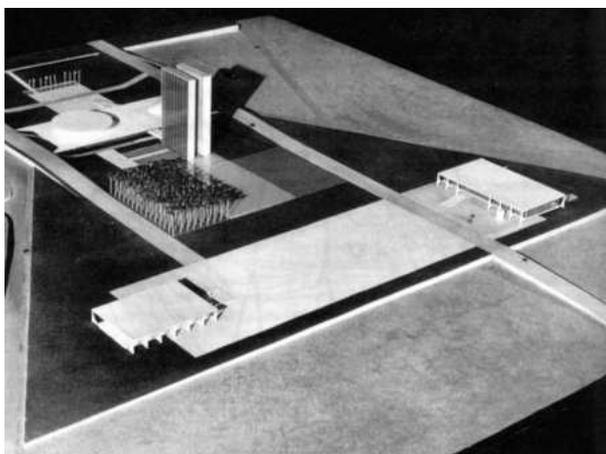
Por outro lado, devemos lembrar que, muitas vezes, os precedentes de projeto não são facilmente reconhecíveis e ficam restritos ao campo profissional como: a praça do “Palácio Imperial” do RJ, de Grandjean de Montigny (1820); a praça da “Entrada do Brasil”, do Plano Agache (1926-30); a praça maior da Cidade Universitária, de Lucio Costa (1936-37); e de Vera Cruz[44], de Raul Penna Firme, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis (1955); todas não executadas.



1927-30 – Plano Agache para o Rio de Janeiro: Praça da “Entrada do Brasil”

6. Liquidando com o cerrado e descaracterizando a Praça

Durante a execução das terraplenagens e da própria construção da Praça, as máquinas arrasaram a campina circunvizinha. O fato parece estranho quando considerada a metáfora do *maquis*, mesmo assim, ele a explicou frente ao Senado Federal em 1974[45]. Com o passar dos anos, novas espécies foram plantadas e a vegetação foi sendo, na medida do possível, recomposta.



Maquete original da Praça dos Três Poderes

adereços: as esculturas *Guerreiros* (de Bruno Giorgi, 1959-61) e *A Justiça* (de Alfredo Ceschiatti, 1961), e o pombal (de Oscar Niemeyer, 1961).

Com o objetivo de dar aos visitantes e aos funcionários dos palácios – em meio à “severa aridez intencional daquele belo logradouro”[47] – um espaço de apoio, prestação de serviços e conforto urbano, Lucio Costa sugeriu e Oscar Niemeyer projetou, ainda nos primeiros anos da década de 60, um pequeno Pavilhão semi-enterrado, por muitos denominado “Casa de Chá”. Passados mais de quarenta anos de sua inauguração o Pavilhão ainda não cumpre com o seu papel[48].

A implantação do projeto definitivo do Congresso Nacional implicou na modificação das proporções do conjunto monumental e da Praça, contudo, ela mostrou-se apropriada para as funções previstas, principalmente para – via sua neutralidade – realçar as edificações que a complementavam. Inclusive o pequeno Museu da Fundação (1960) sugerido e elaborado por Oscar Niemeyer.

Na inauguração da cidade, a Praça ainda não estava completamente calçada, o que não impediu que fosse invadida pelos candangos que queriam ver JK discursar de seu parlatório. Quando o “tapete retangular”[46] de pedras portuguesas que liga o Planalto ao Supremo ficou pronto, o presidente já era outro, e a Praça começou a receber seus primeiros



2007 - Praça dos Três Poderes - Foto de Andrey Schlee

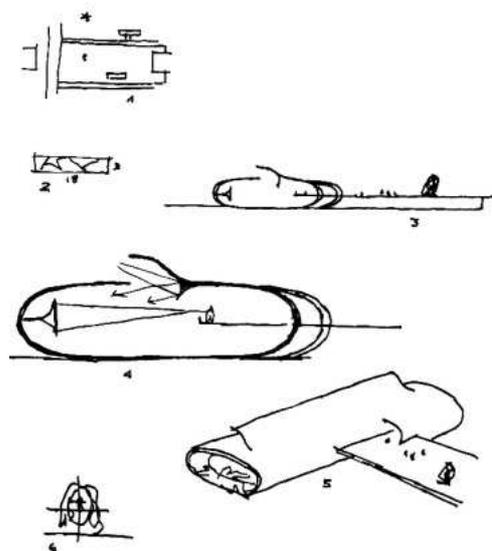
localizado em lote delicado – nas bordas da Praça dos Três Poderes e atrás do Supremo Tribunal Federal – criou um fundo incômodo e indesejado. Ninguém gostou! Lucio Costa reclamou uma arquitetura discreta e de bom padrão, que não pretendesse competir com os monumentos existentes. Por fim, sugeriu a criação de uma cortina vegetal para esconder o novo edifício[49].

A construção do “bandeirão” – parece – incentivou (ou provocou) Oscar Niemeyer a projetar novamente para a Praça. E o Memorial Tiradentes foi a oportunidade inventada. O projeto surgiu da idéia de transferir o painel *Tiradentes*, de Cândido Portinari, para Brasília. A obra (de 3,15 x 18m) foi originalmente doada ao Colégio de Cataguases-MG (Niemeyer, 1949). Em 1974, o painel foi exposto no MESP e, em 1975, vendido para o Estado de São Paulo. Na oportunidade, Niemeyer tentou levar o painel para o Congresso Nacional. Como não obteve sucesso em sua reivindicação, em 1980, desenhou um prédio oblongo de 28m de extensão a ser implantado junto a Praça dos Três Poderes, onde hoje se encontra o Panteão. Em texto explicativo[50], Niemeyer sugeria, caso não fosse possível a transferência da obra, a encomenda de um outro painel a João Câmara, pintor de sua preferência. Ou seja, o que importava era apenas a construção de mais um monumento (ou dois...). Assim, enquanto o *Tiradentes* de Câmara encontra-se, desde 1985, no Panteão da Liberdade, em Brasília; o *Tiradentes* de Portinari encontra-se, desde 1989, no Memorial da América Latina, em São Paulo.

Durante boa parte do governo de José Sarney, o Distrito Federal foi administrado por José Aparecido de Oliveira, o que garantiu a Niemeyer uma intensa, variada e ilimitada atuação na cidade. Foi quando, especialmente para a Praça dos Três Poderes, o arquiteto projetou o Panteão da Pátria, Liberdade e da Democracia (1985-86); desenhou o marco comemorativo Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade (1988); e criou o Espaço Lucio Costa (1988/89-92[51]). Por fim, para o cerrado vizinho, projetou o Espaço Cultural Oscar Niemeyer (1988).

Durante o governo de Emílio G. Médici, o arquiteto Sérgio Bernardes realizou uma série de trabalhos para Brasília. Entre eles, o mais polêmico foi o Mastro da Bandeira Nacional (1969). Um punhal cravado no coração do cerrado, ostentando – patrioticamente – um símbolo nacional (no local onde Lucio Costa imaginara o povo brasileiro). Assim, o braço estendido deixou de oferecer os três poderes ao povo e passou a segurar, explicitamente, uma bandeira. Ou mesmo um punhal...

Em 1974, foi inaugurado o edifício sede do Tribunal de Contas da União (TCU). Projetado por Renato C. Alvarenga e



Memorial Tiradentes (Oscar Niemeyer, 1980)



2007 - Praça dos Três Poderes - Panteão, PGR (ao fundo) e Anexo do STF - Foto de Andrey Schlee

conjunto do Panteão da Liberdade e da Democracia foi criado para comemorar a redemocratização do país, registrar a morte de Tancredo Neves e homenagear os heróis nacionais, especialmente Tiradentes. O monumento tem forma única. Para alguns, quando visto de frente, lembra uma pomba; para outros, sugere uma cunha. O volume é opaco, apenas rasgado em uma lateral pelo vitral de Marianne Peretti. Eufemisticamente, a construção não está na Praça, mas junto dela. E a ela ligada por meio de uma passarela. O monumento é desconfortável em todos os sentidos. Não tem força para atuar como símbolo da nação, não se justifica como programa – simbólico e arquitetônico – e é desagradável para os sentidos. Um erro, tal qual o mastro do “bandeirão”. Infelizmente, lado a lado a comprometer a Praça, o monumento da democracia, faz o monumento da ditadura parecer menos pior... Punhal ou cunha, ambos foram incorporados ao imaginário da Praça e do país.

Durante a década de 90, Niemeyer continuou projetando para a Praça e seu entorno: o Monumento a Israel Pinheiro (1991); o complexo de gabinetes das presidências da Câmara e Senado (a ser construído sobre o espelho d’água da Praça, 1995), o anexo II do Supremo Tribunal Federal (1995-98), a Sede da Procuradoria Geral da República (1995-02) e a Fundação Israel Pinheiro (em construção desde 2003, no cerrado).



Projeto para anexo do Congresso (Oscar Niemeyer, 1995)

Do conjunto de projetos realizados, vale destacar o anexo do STF, por ser o primeiro edifício espelhado proposto por Niemeyer para Brasília e por constituir, juntamente com a Procuradoria Geral da República, uma linha de construções curvas e reflexivas erguidas ao longo da Via S2, ou seja, atrás e além da Praça dos Três Poderes – na “campina circunvizinha” que Lucio Costa tanto queria preservar. Para a outra extremidade da Esplanada dos Ministérios, Niemeyer projetou o Monumento à Paz (2005), uma grande-escultura-arquitetônica cuja forma lembra a de um pássaro com as asas abertas. Uma “pomba” – de 25m de altura e com 60m de comprimento – localizada no gramado central, na frente da Rodoviária do Plano Piloto, impedindo a visão do conjunto monumental e a “despedida psicologicamente desejável”^[52] da cidade. Tudo muito polêmico! O Governador gostou do novo monumento, o IPHAN não aprovou.

7. Quase uma conclusão...

O *maquis(ard)* faleceu em 13 de junho de 1998. Deixou uma obra sólida. Quantitativamente significativa. Qualitativamente importante e influente. Lucio Costa soube, na medida justa – como diria -, ser protagonista e ser coadjuvante. E como sempre, com discrição e elegância, elaborou uma solução possível e, como um *maquis*, venceu o concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Um urbanismo que não pretendia desenvolver a idéia apenas sugerida e que, conforme sua vontade, permaneceu atento na qualidade de mero consultor. Anos mais tarde, concluiu que “o simples fato de Brasília existir é uma coisa extraordinária”, embora não corresponda fielmente à cidade inventada. É que ocorreu “uma certa falta de assimilação dos propósitos” imaginados[53].

Em 1997, Brasília completou 40 anos. Na oportunidade, Lucio Costa concedeu entrevista à arquiteta Ana Luiza Nobre. A título de conclusão, vale reproduzir parte do documento publicado pela Revista AU[54]:

AU – Depois da última vez que o senhor esteve em Brasília, em 92, como o senhor acompanha o que ocorre lá? O senhor se interessa pelas notícias sobre a cidade que criou?

LC – Não, estou muito distante. Só quando há algum fato importante e me contam.

AU – Por exemplo, o projeto de Niemeyer para a nova sede da Procuradoria Geral...

LC – Como é o projeto?

AU – São duas torres cilíndricas de 38m e 48 m de altura e 60 m de diâmetro.

LC – Onde?

AU – Atrás da Praça dos Três Poderes, no Setor da Administração Federal Sul.

LC – Essa sugestão partiu como?

AU – Não saberia lhe dizer ao certo.

LC – **Que desagradável... E isso passa?** (grifo nosso).

notas

[1] Trabalho apresentado durante o 7º Seminário Docomomo Brasil, Porto Alegre, 2007.

[2] As seguintes edições do Relatório do Plano Piloto de Brasília apresentam a expressão *um simples maquis do urbanismo*: COSTA, Lucio. **Módulo**, Rio de Janeiro, n.8, p.33, julho, 1957; COSTA, Lucio. **Sobre arquitetura**. Porto Alegre: CEUA, 1962. p.264; COSTA, Lucio. **Plano-Piloto de Brasília**. Rio de Janeiro: Módulo-Arquitetura Ltda., s.d. p.1; COSTA, Lucio. **Brasília, cidade que inventei**. Brasília: GDF, 2001. p.18;

[3] As seguintes edições do Relatório do Plano Piloto de Brasília apresentam a expressão *um simples maquisard do urbanismo*: COSTA, Lucio. In. CORDEIRO, Luiz Alberto, SIQUEIRA, Tânia Battella de (orgs.). **Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)**. Brasília: GDF, 1985. p.15 e COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.283. Provavelmente, Lucio Costa deixou de adotar a expressão *maquis* em função da conotação altamente pejorativa e

comprometedora que ela assumiu, no Brasil, a partir de 1962/63 (e especialmente depois de 64). É que o pseudo-jornalista Amaral Neto, presidente de um CCC (Comando de Caça aos Comunistas) criou uma revista, financiada pelos Estados Unidos, e a denominada de MAQUIS. Desde então, no Brasil, *maquis* deixou de ser o melhor termo empregado para uma referência aos que lutaram contra o fascismo e o nazismo, desde a revolução espanhola até o fim da II Guerra. Tanto que nunca se cogitou de empregá-lo para designar qualquer dos nossos guerrilheiros envolvidos na luta contra a ditadura militar.

[4] COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.283.

[5] O *risco* que acompanha o Relatório do Plano Piloto de Brasília foi assinado e datado por Lucio Costa.

[6] Julieta Guimarães, Leleta, faleceu em um acidente automobilístico no dia 10 de março de 1954.

[7] Embora sempre acompanhado de suas filhas, Maria Elisa e Helena.

[8] COSTA, Lucio. Monlevade (1934) e Cidade Universitária (1936-37) In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. Respectivamente nas pp.91-99 e 173-189.

[9] COSTA, Lucio. Urbanismo In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.277.

[10] FICHER, Sylvia, LEITÃO, Francisco, SCHLEE, Andrey. Brasília: la historia de un planeamiento. In. VILLASCUSA, Eduard e FIGUEIRA, Cibele (org.). **Brasília 1956-2006 de la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad**. Barcelona: Milênio, 2006. p.76. Ver também: FICHER, Sylvia, PALAZZO, Pedro Paulo. Os paradigmas urbanísticos de Brasília. **Cadernos PPG-AU FAUFBA, Urbanismo Modernista. Brasil, 1930-1960**, Salvador, edição especial, p.49-71, 2005.

[11] COSTA, Lucio. Razões da nova arquitetura. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.1, v.1. p.3-9, janeiro, 1936.

[12] COSTA, Lucio. Ante-projeto para a Vila de Monlevade. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.3, v.1., p.115-128, maio, 1936. Os projetos para Monlevade de autoria de Ângelo Murgel e de Fernando Nascimento Silva foram publicados na edição n.4, de setembro de 1936.

[13] Artigos de autoria de Paul Lester Wiener (EUA), José Estellita (Japão e Argentina), Hermínio Andrade e Silva (Chile), entre outros.

[14] BORGES, Alberto. Numeração geográfica de logradouros e prédios. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.2, v.9, p.88-94, março, 1942.

[15] BOTELHO, Paulo Andrade. Urbanismo e tráfego. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.3, v.5, p.293-300, maio, 1938.

[16] LAVIOLA, Antonio. Auto-estradas alemãs. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.5, v.1, p.348-354, novembro, 1936.

[17] PENIDO, João Augusto. Notas sobre a técnica rodoviária norte-americana. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.5, v.9, p.264-273, setembro, 1942.

[18] GUIMARAENS, Cêça de. **Lucio Costa. Um certo arquiteto em incerto e secular roteiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p.39.

- [19] Ver COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Precisões brasileiras sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos**. Paris, Universidade de Paris 8, 2002 (Tese de Doutorado em Arquitetura).
- [20] COSTA, Lucio. Ante-projeto para a Vila de Monlevade. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.3, v.1., p.115, maio, 1936. Ou COSTA, Lucio. Monlevade 1934. Projeto rejeitado. In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.91.
- [21] COSTA, Lucio. Ante-projeto para a Vila de Monlevade. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.3, v.1., p.117, maio, 1936. Ou COSTA, Lucio. Monlevade 1934. Projeto rejeitado. In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.99.
- [22] COMAS, Carlos Eduardo Dias. Protótipo e monumento, um ministério, o ministério. In. **Revista Projeto**, Rio de Janeiro, n.102, p.148, agosto, 1987.
- [23] COSTA, Lucio. Parque Guinle. Anos 40. In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.185.
- [24] COSTA, Lucio. Parque Guinle. Anos 40. In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. pp.205-213.
- [25] NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p.8.
- [26] Fizeram parte do júri: o engenheiro Israel Pinheiro (Presidente da Novacap e da Comissão); dois outros representantes da Novacap: os arquitetos Oscar Niemeyer e Stamo Papadaki; dois representantes de entidades de classe: o engenheiro Luiz Hidelbrando Horta Barbosa (do Clube de Engenharia) e o arquiteto Paulo Antunes Ribeiro (do Instituto dos Arquitetos); e dois urbanistas estrangeiros: William Holford (inglês, responsável pelo Plano Regulador de Londres) e André Sive (francês, conselheiro do Ministério da Reconstrução da França).
- [27] Ver Atas da comissão julgadora do plano piloto de Brasília. **Módulo**, Rio de Janeiro, n.8, pp.17-21, julho, 1957.
- [28] FICHER, Sylvia et al. **Guiarquitetura Brasília**. São Paulo: Empresa da Artes, 2000. p.72.
- [29] NIEMEYER, Oscar. **As curvas do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Revan, 1998. pp.191-192.
- [30] COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.283.
- [31] COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. pp.288-89.
- [32] Ver artigo "Ingredientes da concepção urbanística de Brasília". In. COSTA, Lúcio. 1995. **Registro de uma Vivência**. São Paulo: Empresa das Artes.
- [33] BARKI, José. **A invenção de Brasília**. Artigo apresentado durante o Seminário Brasília 1956-2006. De la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad. Barcelona, nov., 2006.
- [34] Segundo BARKI: Documento sem data ou escala, realizado a lápis sobre papel tipo carta ofício (22cm x 34cm).
- [35] CORDEIRO, Luiz Alberto, SIQUEIRA, Tânia Battella de (orgs.). **Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)**. Brasília: GDF, 1985. p.38

- [36] Segundo medido por BARKI, José. **A invenção de Brasília**. Artigo apresentado durante o Seminário Brasília 1956-2006. De la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad. Barcelona, nov., 2006.
- [37] Segundo COSTA, Lucio. Eixo Monumental. In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. pp.304.
- [38] COMAS, Carlos Eduardo Dias. Da atualidade de seu pensamento. **Revista AU**, São Paulo, n.38, pp.69, out/nov, 1991.
- [39] LOSTA, Lucio. O urbanista defende sua cidade. In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. pp.301-303.
- [40] COSTA, Lucio. Ante-projeto para a Vila de Monlevade. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.3, v.1., p.117, maio, 1936. Ou COSTA, Lucio. Monlevade 1934. Projeto rejeitado. In. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.99.
- [41] Barki fala em “baluartes e bastiões”. BARKI, José. **A invenção de Brasília**. Artigo apresentado durante o Seminário Brasília 1956-2006. De la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad. Barcelona, nov., 2006. p.8.
- [42] Comas fala da “Praça do Comércio Lisboaeta e do Largo do Paço carioca”. COMAS, Carlos Eduardo Dias. Brasília quadragenária: a paixão de uma monumentalidade nova. In. **Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: set., 2006. p.11.
- [43] COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In. **Anais do I Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília**. Estudos e debates. Brasília: Senado Federal, 1974. p.23.
- [44] SCHLEE, Andrey, FICHER, Sylvia. Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955. In. **Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: set., 2006.
- [45] COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In. **Anais do I Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília**. Estudos e debates. Brasília: Senado Federal, 1974. p.24.
- [46] COMAS, Carlos Eduardo Dias. Brasília quadragenária: a paixão de uma monumentalidade nova. In. **Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: set., 2006.
- [47] COSTA, Lucio. In. CORDEIRO, Luiz Alberto, SIQUEIRA, Tânia Battella de (orgs.). **Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)**. Brasília: GDF, 1985. p.42.
- [48] O Pavilhão foi utilizado como restaurante “chinês”, como centro de informações turísticas e quase virou “Museu de Armas”. Recentemente foi restaurado mas, até agosto de 2007, permanecia fechado.
- [49] COSTA, Lucio. In. CORDEIRO, Luiz Alberto, SIQUEIRA, Tânia Battella de (orgs.). **Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)**. Brasília: GDF, 1985. p.43 e 45. Entre 1994 e 98, Oscar Niemeyer projetou e construiu os anexos do TCU.
- [50] NIEMEYER, Oscar. Museu Tiradentes. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 59, Jul. 1980, pp.72-73.
- [51] O Espaço Lucio Costa foi dedicado por Oscar Niemeyer à Lucio Costa e inaugurado em 27/02/1992.
- [52] COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto. **Módulo**, Rio de Janeiro, n.8, jul., 1957. p.40.

[54] NOBRE, Ana Luiza. Lucio Costa. "Je suis comme je suis". **Revista AU**, São Paulo, n.74, p.72, out./nov., 1997.

Referências Bibliográficas

Atas da comissão julgadora do plano piloto de Brasília. **Módulo**, Rio de Janeiro, n.8, pp.17-21, julho, 1957.

BARKI, José. **A invenção de Brasília**. Artigo apresentado durante o Seminário Brasília 1956-2006. De la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad. Barcelona, nov., 2006.

BORGES, Alberto. Numeração geográfica de logradouros e prédios. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.2, v.9, p.88-94, março, 1942.

BOTELHO, Paulo Andrade. Urbanismo e tráfego. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.3, v.5, p.293-300, maio, 1938.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Brasília quadragenária: a paixão de uma monumentalidade nova. In. **Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: set., 2006.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Da atualidade de seu pensamento. **Revista AU**, São Paulo, n.38, pp.69, out/nov, 1991.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Precisões brasileiras sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos**. Paris, Universidade de Paris 8, 2002 (Tese de Doutorado em Arquitetura).

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Protótipo e monumento, um ministério, o ministério. **Revista Projeto**, Rio de Janeiro, n.102, p.148, agosto, 1987.

CORDEIRO, Luiz Alberto, SIQUEIRA, Tânia Battella de (orgs.). **Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)**. Brasília: GDF, 1985.

COSTA, Lucio. Ante-projeto para a Vila de Monlevade. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.3, v.1., p.115-128, maio, 1936.

COSTA, Lucio. **Brasília, cidade que inventei**. Brasília: GDF, 2001.

COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In. **Anais do I Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília. Estudos e debates**. Brasília: Senado Federal, 1974. p.23.

COSTA, Lucio. Lucio Costa rompe o silêncio e fala de seu trabalho. **Revista AU**, São Paulo, n.1, jan., 1985.

COSTA, Lucio. **Plano-Piloto de Brasília**. Rio de Janeiro: Módulo-Arquitetura Ltda., s.d.

COSTA, Lucio. Razões da nova arquitetura. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.1, v.1. p.3-9, janeiro, 1936.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.283.

COSTA, Lucio. **Sobre arquitetura**. Porto Alegre: CEUA, 1962.

FICHER, Sylvia et al. **Guiarquitetura Brasília**. São Paulo: Empresa da Artes, 2000. p.72.

FICHER, Sylvia, LEITÃO, Francisco, SCHLEE, Andrey. Brasilia: la historia de un planeamiento. In. VILLASCUSA, Eduard e FIGUEIRA, Cibele (org.). **Brasília 1956-2006 de la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad**. Barcelona: Milênio, 2006.

FICHER, Sylvia, PALAZZO, Pedro Paulo. Os paradigmas urbanísticos de Brasília. **Cadernos PPG-AU FAUFBA, Urbanismo Modernista. Brasil, 1930-1960**, Salvador, edição especial, p.49-71, 2005.

GUIMARAENS, Cêça de. **Lucio Costa. Um certo arquiteto em incerto e secular roteiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

LAVIOLA, Antonio. Auto-estradas alemãs. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.5, v.1, p.348-354, novembro, 1936.

NIEMEYER, Oscar. **As curvas do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Revan, 1998. pp.191-192.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p.8.

NIEMEYER, Oscar. Museu Tiradentes. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 59, Jul. 1980, pp.72-73.

NOBRE, Ana Luiza. Lucio Costa. "Je suis comme je suis". **Revista AU**, São Paulo, n.74, p.72, out./nov., 1997.

PENIDO, João Augusto. Notas sobre a técnica rodoviária norte-americana. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, n.5, v.9, p.264-273, setembro, 1942.

SCHLEE, Andrey, FICHER, Sylvia. **Niemeyer em Brasília. Um panorama**. Brasília: inédito, 2007.

SCHLEE, Andrey, FICHER, Sylvia. Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955. In. **Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo: set., 2006.

SCHLEE, Andrey. Lucio Costa, o senhor da memória. **JORNAU**, Brasília, n.6, dez., 2003.

Andrey Rosenthal Schlee

Arquiteto e urbanista, professor do Departamento de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura